

# Os movimentos sociais em livros didáticos de Sociologia para o ensino médio

Social movements in Sociology secondary school textbooks

Movimientos sociales en libros de texto de Sociología para la escuela secundaria



Matheus Mazzilli Pereira

Centro de Estudos da Metrópole do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, São Paulo, São Paulo, Brasil  
matheus.mazzilli@gmail.com



Brenda de Fraga Espindula

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil  
bespindula@gmail.com



Camila Farias da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil  
camilafsb@yahoo.com.br



Eduardo Georjão Fernandes

Centro Universitário Uniftec, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
eduardo.g.fernandes@gmail.com

**Resumo:** Nos últimos anos, protestos políticos polarizados se tornaram fenômenos visíveis e recorrentes no Brasil. Frente a esse cenário, quais são as potencialidades e os limites apresentados pelos livros didáticos de Sociologia brasileiros para a reflexão sobre esses episódios de confronto e mobilização coletiva? Para responder esse problema, analisamos livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio aprovados pelo PNLD 2018 com o objetivo de subsidiar a produção de um livro de atividades direcionado a docentes do Ensino Médio. Adotamos a metodologia de análise de conteúdo dos livros e, em seguida, identificamos como esse conteúdo se relaciona com as abordagens acadêmicas contemporâneas

dos movimentos sociais. Os resultados desta análise indicam, por um lado, que suas potencialidades se relacionam à contextualização histórica e à articulação temática neles presentes. Por outro lado, indicam a presença de limites relacionados à reprodução de pressupostos teóricos questionados por abordagens contemporâneas sobre esse tema.

**Palavras-chave:** Material didático. Ensino médio. Movimentos sociais. Contramovimentos. Confrontos políticos.

**Abstract:** In the past recent years, polarized political protests have become visible and recurring phenomena in Brazil. Given this scenario, what are the potentialities and limits presented by the Brazilian Sociology textbooks for reflecting on these episodes of confrontation and collective mobilization? To answer this problem, we analysed secondary school Sociology textbooks approved by PNLD 2018 with the purpose of subsidizing the production of an activity book aimed at secondary school teachers. We adopted the methodology of content analysis of books and then we identified how this content relates to contemporary academic approaches on social movements. The results of this analysis indicate, on the one hand, that their potentialities are related to the historical contextualization and the thematic articulation present in them. On the other hand, they indicate the presence of limits related to the reproduction of theoretical assumptions questioned by contemporary approaches on this topic.

**Keywords:** Didactic material. High school. Social movements. Countermovements. Political contention.

**Resumen:** En los últimos años, las protestas políticas polarizadas se han convertido en fenómenos visibles y recurrentes en Brasil. Frente a este escenario, ¿cuáles son las posibilidades y los límites que presentan los libros de texto de Sociología brasileños para reflexionar sobre estos episodios de confrontación y movilización colectiva? Para responder a este problema, analizamos los libros de texto de Sociología para la escuela secundaria aprobados por el PNLD 2018 con el objetivo de subsidiar la producción de un libro de actividades dirigido a los maestros

de secundaria. Adoptamos la metodología de análisis de contenido de los libros y luego identificamos cómo este contenido se relaciona con los enfoques académicos contemporáneos de los movimientos sociales. Los resultados de este análisis indican, por un lado, que su potencial está relacionado con el contexto histórico y la articulación temática presente en ellos. Por otro lado, indican la presencia de límites relacionados con la reproducción de supuestos teóricos cuestionados por enfoques contemporáneos sobre este tema.

**Palabras-clave:** Material educativo. Escuela secundaria. Movimientos sociales. Contramovimientos. Confrontación política.

Data de recebimento: 06/07/2020

Data de aprovação: 18/12/2020

## Introdução

Nos últimos anos, protestos políticos polarizados se tornaram fenômenos visíveis e recorrentes no Brasil. No ciclo de protestos de 2013, por exemplo, estiveram presentes grupos com demandas e ideologias variadas, desde ativistas anarquistas até militantes conservadores. Após a reeleição da ex-presidenta Dilma Rousseff, as ruas das grandes cidades brasileiras novamente foram o palco de protestos polarizados. Por um lado, estiveram grupos que defenderam o mandato da presidenta e, por outro, aqueles que apoiaram seu afastamento, dentre os quais até mesmo militantes que clamavam por um retorno ao regime ditatorial. Fenômenos semelhantes puderam ser observados em confrontos envolvendo questões de gênero e de sexualidade, como nos episódios do fechamento da exposição Queermuseu e da visita da filósofa Judith Butler ao Brasil.

Fenômenos políticos recentes também colocaram em evidência na cena pública a importância da interação entre protestos, mídia e polícia. No ciclo de protestos de 2013, por exemplo, a forte repressão aos protestos ocorridos em junho na capital paulista foi amplamente destacada pela mídia de massa, gerando uma mudança na cobertura midiática em relação àquelas manifestações, bem como mudanças nas próprias demandas daquele ciclo.

O ciclo de protestos de 2013 também colocou em pauta debates sobre as relações entre movimentos sociais e as instituições políticas, bem como sobre as táticas de ação dos ativistas. Por um lado, esses protestos foram criticados por parte da opinião pública pela associação de parte dos ativistas neles presentes com partidos políticos. Por outro, tais protestos também sofreram críticas de parte da opinião pública pelo uso de táticas de depredação e incêndio de patrimônios por parte de seus integrantes.

Esses e outros episódios de protestos e confrontos políticos ocorridos ao longo da última década no Brasil apresentam, assim, um quadro de mobilizações cada vez mais complexas e multifacetadas. Nesse período, em parte como resultado dessa dinâmica

empírica, ocorre uma intensa revitalização do campo de pesquisas sobre movimentos sociais no Brasil. Enquanto ao longo da década de 1990, esse debate ocupou posição secundária na agenda de pesquisa da sociologia brasileira (SILVA, 2010), ao longo das últimas décadas - em especial, a partir da década de 2010 -, observa-se um crescimento na produção sociológica sobre o tema. Tal processo foi marcado, ao mesmo tempo, pela fragmentação e especialização do campo em debates sobre movimentos específicos e pela incorporação crítica de novos conceitos e ferramentas analíticas que possibilitaram que análises transversais pudessem ser propostas em contraposição a essa tendência, como aquelas sobre as relações entre movimentos sociais e Estado (SZWAKO; DOWBOR; ARAÚJO, 2020).

Nos últimos anos, os fenômenos empíricos mencionados não motivaram apenas debates em fóruns acadêmicos sobre movimentos sociais, mas também incentivaram reflexões sobre essa temática nas salas de aula de Ensino Médio no Brasil. Como vimos, porém, tais fenômenos desafiaram pressupostos teóricos e conceituais sobre a mobilização coletiva, tornando mais complexos os processos de ensino e aprendizagem sobre essa temática. Nesses processos, por exemplo, se colocam cada vez mais questões relacionadas à ação dos ativismos conservadores, sua crítica aos direitos de grupos "minoritários" e, no limite, à própria democracia. Na sala de aula, emerge ainda o tema da multiplicidade de ideologias e identidades presentes em protestos políticos e no interior dos movimentos sociais, bem como das disputas simbólicas sobre seu significado nas mídias. Por fim, a conjuntura política insere nos debates entre professores e estudantes o tema das relações de cooperação e conflito estabelecidas entre movimentos sociais e Estado - incluindo-se governos, partidos e forças policiais.

Frente a essas questões impostas pelo cenário político brasileiro contemporâneo aos docentes de ensino médio no Brasil e ao processo de revitalização do debate acadêmico sobre o tema nas ciências sociais, propomos as seguintes problemáticas: Quais são os limites e as potencialidades apresentadas pelos livros didáticos de Sociologia que têm sido utilizados no Brasil para a compreensão

e reflexão sobre esses episódios de confronto e de mobilização coletiva em sala de aula?

A análise apresentada neste artigo integra um projeto de extensão mais amplo, cujo principal objetivo foi desenvolver um livro de atividades direcionado aos docentes que atuam no Ensino Médio sobre o tema dos movimentos sociais e dos confrontos políticos. Por sua vez, essa proposta de extensão vincula-se a um projeto de pesquisa cujo principal objetivo é compreender os impactos do ciclo de protestos de 2013 sobre as dinâmicas da mobilização coletiva no Brasil. De forma específica, neste artigo, propomo-nos a analisar os limites e as potencialidades dos livros didáticos de Sociologia utilizados nas escolas brasileiras nos últimos anos para a compreensão dos recentes fenômenos de ação coletiva e de confronto político ocorridos no contexto brasileiro.

O artigo está dividido da seguinte forma: na próxima seção, apresentamos algumas contribuições da recente literatura sobre avaliação de livros didáticos de Sociologia no Brasil; a seguir, apresentamos os dados e métodos utilizados para nossa análise; na seção seguinte, apresentamos os resultados de nossa pesquisa. Em relação a esses resultados, em primeiro lugar, traçamos considerações gerais sobre como a temática dos movimentos sociais é inserida e abordada nos livros analisados. Em segundo lugar, analisamos como debates e temáticas específicas no estudo dos movimentos sociais são tratadas nesses livros. Por fim, resumimos nossos achados de pesquisa e avaliamos as contribuições de tal análise para o desenvolvimento de um material didático complementar.

## Pesquisa sobre o ensino de Sociologia e avaliação de livros didáticos no Brasil

O campo de pesquisas sobre o ensino de Sociologia no Brasil tem se consolidado ao longo das últimas décadas a partir da conjugação de diversos fatores. Em primeiro lugar, é possível apontar a



existência de uma conjuntura em que houve a previsão de ensino obrigatório da disciplina no Ensino Médio desde a aprovação da lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008 e, junto a esse fator, a presença de um campo disciplinar acadêmico fortemente institucionalizado no Ensino Superior. No entanto, a Lei nº 13.415/2017 (que trata da Reforma do Ensino Médio) alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio. Cabe aos estados e municípios adequar os currículos a nova organização imposta na lei e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>1</sup>. Tais currículos devem conter estudos e práticas de sociologia (assim como de educação física, filosofia e artes). Portanto, não está determinada a obrigatoriedade de tais disciplinas, mas seus estudos, deixando em aberto como os conteúdos serão desenvolvidos (FERREIRA; SANTANA, 2018). A mudança na legislação traz novos desafios para o campo tanto no que diz respeito aos seus impactos para a Sociologia como um todo, quanto especificamente à produção de materiais didáticos.

Em segundo lugar, outros incentivos institucionais podem ser observados, tais como a criação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e a inclusão da Sociologia no PNLD desde o ano de 2012, estimulando a produção de materiais didáticos e a transposição pedagógica de conceitos acadêmicos. Em terceiro lugar, frente a tais incentivos institucionais, o campo de pesquisa sobre o ensino de Sociologia tem se institucionalizado nos últimos anos a partir de iniciativas como a criação da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS), bem como a realização de encontros científicos dedicados ao tema, como os Encontros Nacionais de Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB) e os Congressos Nacionais da ABECS (BODART; CIGALES, 2017; BODART; TAVARES, 2020).

<sup>1</sup> A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trata de orientações à elaboração dos currículos das escolas públicas e privadas do país. No que diz respeito ao Ensino Médio, a BNCC indica competências e habilidades nas áreas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias. As competências e habilidades previstas na BNCC fazem parte da formação geral básica, tendo como referência o total de 1800 horas do total da carga horária. As demais horas são destinadas aos itinerários formativos. Tais itinerários seriam ofertados pelas escolas, sendo basicamente um "caminho" escolhido pelo estudante dentro das áreas previstas na BNCC, incluindo a formação técnica e profissional. A BNCC pode ser acessada em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

A literatura sobre o tema tem indicado que esse subcampo de pesquisa sobre o ensino tem sido marcado pelas seguintes características. Em primeiro lugar, trata-se de um subcampo multidisciplinar que abriga pesquisadores das diversas áreas das Ciências Sociais, mas também conta com a forte presença de pesquisadores que atuam na área da Educação. Em segundo lugar, do ponto de vista metodológico, revisões da literatura têm observado a predominância dos “relatos de experiências”, em especial em trabalhos apresentados em eventos científicos. Por fim, estudos têm indicado que o campo de pesquisa sobre o ensino de Sociologia no Brasil tem diversificado suas temáticas nos últimos anos, abordando temas como a formação de professores, a formação do currículo, as percepções sociais sobre o ensino de Sociologia, a análise de práticas pedagógicas e a análise de materiais didáticos. É nessa última temática que o presente artigo se insere (BODART; CIGALES, 2017; BODART; TAVARES, 2020).

A análise de livros didáticos é um importante tema na história desse campo de pesquisas. É possível destacar, nesse sentido, os trabalhos de Meucci (2011) sobre os manuais de ensino de Sociologia no início do século XX, que contribuíram de forma significativa para a análise dos processos de desenvolvimento e institucionalização do ensino de Sociologia no Brasil. Contemporaneamente, duas temáticas têm se tornado centrais no estudo de materiais didáticos para o ensino de Sociologia: a) os processos sociais, políticos e culturais de construção desses materiais; e b) os conteúdos dos livros de Sociologia.

No que se refere ao primeiro desses tópicos, destacamos aqui as contribuições de Meucci (2013; 2014), que busca analisar os livros didáticos a partir de um ponto de vista sociológico, ou seja, como produtos de uma trama complexa de processos sociais, políticos e culturais que influenciam a forma e o conteúdo dos materiais desenvolvidos. Nesse sentido, a autora analisa influência da demanda institucional sobre o processo de produção de livros di-



dáticos no Brasil, em especial destacando o impacto do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)<sup>2</sup> sobre o conteúdo dos materiais.

Regularmente, o PNLD publica editais que estabelecem critérios de avaliação dos livros e, assim, de aprovação de um número limitado de materiais que se tornarão elegíveis pelas instituições de ensino. Na medida em que o governo é o principal comprador de livros didáticos no Brasil, as editoras passam então a conformar os livros didáticos por elas produzidos aos critérios e modelos estabelecidos pelo PNLD. Com a aprovação da obrigatoriedade do ensino de Sociologia no Ensino Médio, em 2008, e com a posterior inclusão dessa disciplina nos editais do PNLD, em 2012, esta se torna uma dinâmica também presente nessa área (MEUCCI, 2013; 2014).

A partir dessas influências, se consolida um modelo que, segundo Meucci (2014), é marcado por três características: o nominalismo, o topicalismo e o contextualismo. Em primeiro lugar, a tendência nominalista indica a regularidade da busca pela nomeação de complexos fenômenos e processos empíricos tendo em vista preocupações didático-pedagógicas. Em segundo lugar, a tendência topicalista indica a propensão da divisão dos conteúdos de uma disciplina em tópicos rigidamente definidos e demarcados. Em terceiro lugar, a tendência contextualista indica a preocupação dos autores de materiais didáticos com a contextualização dos conceitos sociológicos a partir de um olhar histórico. Essa abordagem histórica também é identificada por Maçaira (2017, p. 276), que identifica uma recorrência da “história das ideias sociológicas, através da qual são elencados autores e teorias do pensamento social universal, com grande ênfase nos pensadores clássicos das ciências sociais”. Assim, os livros didáticos de sociologia para o ensino médio tenderiam a adotar uma abordagem histórica (devido à tendência contextualista), bem como correriam o risco da

<sup>2</sup> O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é um programa do Ministério da Educação (MEC) que, juntamente com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é responsável pela compra e distribuição de livros e materiais didáticos para as escolas públicas do país. O Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, unificou as ações do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), tornando-se o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Assim, contempla atualmente outros materiais de apoio à prática pedagógica além das obras didáticas e literárias, como softwares e jogos, por exemplo. Ver sobre em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 21 nov. 2020.

reificação dos fenômenos sociais (devido à tendência nominalista) e da secundarização da interpenetração e da interseccionalidade entre diversos fenômenos sociais (devido à tendência topicalista) (MAÇAIRA, 2017; MEUCCI, 2014).

Outra contribuição importante nesse sentido é a de Cigales e Oliveira (2020). Os autores propõem uma perspectiva relacional para a análise de manuais escolares e salientam três elementos: o primeiro deles indica que os manuais escolares respondem a exigências externas, pois a produção desses materiais transcende o campo escolar e é assim reflexo de disputas de diversos âmbitos (político, científico, religioso etc.); o segundo elemento refere-se à lógica interna dos materiais escolares, ou seja, ao conteúdo propriamente dito; por fim, os autores, exatamente por partirem de uma perspectiva relacional, defendem a mobilização de uma pluralidade de métodos para a análise dos manuais escolares.

As contribuições do trabalho de Cigales (2014a; 2014b; 2019a; 2019b) são também relevantes, pois identificam as exigências externas, ou seja, os campos em disputa na institucionalização do ensino da Sociologia durante o século XX no Brasil. O autor demonstra que os pressupostos da Sociologia cristã, vinculada aos ideais da Igreja Católica, inspiraram de forma significativa manuais de Sociologia da época, caracterizando-se disputas de concepção com a Sociologia científica.

Além da análise dos processos sociais, políticos e culturais que influenciam a produção de livros didáticos no Brasil, pesquisadores também têm se dedicado à análise dos conteúdos apresentados pelos livros didáticos aprovados pelo PNLD. Disso, inicialmente, destaca-se que esses livros apresentam visões diferentes sobre “o que é Sociologia”, de acordo com Engerrof e Oliveira (2018). Em comum, diversos livros concebem a Sociologia como uma disciplina científica fortemente ligada à pesquisa empírica, que estimula uma “imaginação sociológica” voltada ao estranhamento e à desnaturalização do mundo, bem como ao desenvolvimento de um pensamento crítico. Porém, divergências entre os livros podem ser observadas, em especial, em dois pontos. No que se refere à rela-

ção entre a Sociologia e o senso comum, observa-se a existência de uma oposição entre os defensores de uma ruptura epistemológica e defensores de uma aproximação maior da Sociologia com o senso comum e os conhecimentos prévios dos estudantes. Já no tema da relação da disciplina com a transformação social, observam-se divergências entre livros que propõem atividades mais engajadas e voltadas à transformação do cotidiano dos estudantes e livros com abordagens mais voltadas à introdução de pressupostos teóricos e metodológicos básicos da área (ENGERROF; OLIVEIRA, 2018).

Essas últimas disputas podem ser relacionadas às diferentes concepções apresentadas pelos livros sobre as relações entre a sociologia e a cidadania, relação esta que esteve fortemente presente na defesa da inclusão da sociologia nos currículos escolares a partir da redemocratização. De acordo com a pesquisa conduzida por Oliveira e Engerrof (2016), duas posições principais podem ser encontradas nesse debate: a) a que concebe maior centralidade à disciplina, conectando-a diretamente ao exercício da cidadania; e b) a que concebe a escola de forma mais geral como instrumento de cidadania e a Sociologia como um de seus meios (OLIVEIRA; ENGERROF, 2016).

Outro aspecto analisado pela literatura é a mobilização da pesquisa enquanto ferramenta pedagógica nos livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio. Em sua pesquisa sobre o tema, Oliveira e Cigales (2015) observam que todos os livros analisados partem de uma valorização da pesquisa como parte essencial da construção do conhecimento sociológico, incluindo a pesquisa como ferramenta didática ao longo do material. Porém, o tipo de pesquisa proposto difere em grande medida de livro para livro. Os autores destacam criticamente a presença recorrente de um modelo que denominam de “pesquisa informativa”, que resume as atividades de pesquisas propostas pelos alunos a uma simples busca por informações na internet ou na mídia, secundarizando os métodos e técnicas de pesquisa das ciências sociais (OLIVEIRA; CIGALES, 2015).

Por fim, a literatura indica também a predominância de determinadas abordagens teóricas e metodológicas nos livros de Sociologia para o ensino médio no Brasil. Em sua análise da presença de autores da Sociologia brasileira nos livros aprovados pelo PNLD, por exemplo, Meucci (2014) identifica uma ampla discrepância no número de citações entre autores aliada a um enfoque na “escola paulista de Sociologia” e em perspectivas culturalistas de análise da realidade social brasileira. A autora destaca, ainda, a ausência de debates mais contemporâneos da Sociologia brasileira nos livros didáticos analisados (MEUCCI, 2014).

Em linhas gerais, pesquisas sobre os conteúdos apresentados pelos livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio analisaram as concepções presentes nesses livros sobre a disciplina, sobre o pensamento social brasileiro, sobre a pesquisa e sobre a cidadania. O presente artigo busca apresentar uma contribuição a esse debate ao analisar como livros didáticos de Sociologia utilizados nos últimos anos no Brasil (aqueles aprovados pelo PNLD 2015 e 2018) têm abordado o tema dos movimentos sociais.

12

## Dados e métodos

Tendo em vista que, neste estudo, acolhemos “o livro escolar como objeto de estudo em suas diversas facetas analíticas e epistemológicas” (BADANELLI; CIGALES, 2020, p. 01), nossa abordagem metodológica situa-se no campo da manualística. Do ponto de vista sociológico, os manuais são utilizados na escola, mas a construção desses materiais transcende os interesses pedagógicos, ou seja, os materiais didáticos são, em parte, resultantes de um campo social amplo, no qual grupos com interesses conflitantes disputam distintas concepções a respeito do conteúdo a ser ensinado (CIGALES; OLIVEIRA, 2020). No Brasil, Cigales e Oliveira (2020) apontam que o material didático é resultante da interação entre grupos dos campos educacional, científico, político e cultural.

Reconhecendo que a definição dos conteúdos sobre movimentos sociais em materiais didáticos perpassa disputas sociais, optamos pela análise dos manuais por uma perspectiva interna, ou seja, a análise do conteúdo propriamente dito (CIGALES; OLIVEIRA, 2020). Para responder os problemas propostos neste artigo, analisamos livros didáticos utilizados no âmbito do componente curricular Sociologia do ensino médio no Brasil. Tomamos como *corpus* da pesquisa os livros aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2015 e 2018 e selecionamos uma amostra desses livros tendo como referência os títulos aprovados em 2018, para analisar como o tema dos movimentos sociais tem sido tratado pelos livros didáticos de Sociologia ao longo da última década no Brasil. Os livros que compõem o *corpus* desta pesquisa são descritos no Quadro 01.

**Quadro 01 – Título, autor(a)(es) e edição dos livros analisados.**

Título do Livro	Autor(a)(es)	Ano de Publicação	Edição	PNLD
Sociologia	Sílvia Maria de Araújo, Maria Aparecida Bridi e Benilde Lenzi Motim.	2013	1ª Ed.	PNLD 2015
Sociologia em Movimento	Afrânio Silva, Bruno Loureiro, Cassia Miranda, Fátima Ferreira, Lier Pires Ferreira, Marcela M. Serrano, Marcelo Araújo, Marcelo Costa, Martha Nogueira, Otair Fernandes de Oliveira, Paula Menezes, Raphael M. C. Corrêa, Rodrigo Pain, Rogério Lima, Tatiana Bukowitz, Thiago Esteves e Vinicius MayoPires.	2016	2ª Ed.	PNLD 2018
Sociologia Hoje	Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim e Celso Rocha de Barros	2013	1ª Ed.	PNLD 2015
Sociologia para Jovens do Século XXI	Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa	2013	3ª Ed.	PNLD 2015
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	Helena Bonemy, Bianca Freire-Merdesiros, Raquel Balmant Emerique, Julia O'Donenell	2013	2ª Ed.	PNLD 2015

Fonte: autoria própria (2020).

Foram selecionados para a análise todos os trechos desses livros que fazem referência à temática dos movimentos sociais, mesmo aqueles não incluídos nos capítulos dedicados de forma exclusiva a esse tema. Cabe destacar que, nesse processo de seleção, não partimos de uma definição prévia do que seriam “movimentos sociais”, tomando um critério de seleção abrangente e alinhado às definições propostas pelos próprios autores. Conduzimos uma análise de conteúdo (BARDIN, 1977) dos trechos selecionados a partir dos seguintes procedimentos.

De forma dedutiva, estabelecemos conceitos e temáticas relevantes do subcampo acadêmico dos movimentos sociais a partir de revisões de literatura da área (SILVA, 2010). Tais estudos apontam para uma perspectiva relacional de estudo dos movimentos sociais, abrangendo os seguintes conceitos e temáticas: a) os conceitos de “confronto político” e “contramovimentos”; b) a relação entre movimentos sociais, ordem e mudança social; c) a relação entre movimentos sociais, direitos humanos e democracia; d) as relações entre movimentos sociais, identidades coletivas e problemas sociais; e) as relações entre processos de mobilização e organização coletiva; f) a heterogeneidade e as disputas internas aos movimentos sociais; g) a relação entre mídia e movimentos sociais; h) a relação entre movimentos sociais e política institucional; e, por fim, i) a relação entre movimentos sociais, violência e repressão.

De forma indutiva, também buscamos identificar quais outras temáticas eram tratadas pelos livros didáticos. Nesse sentido, identificamos a recorrência do uso de tipologias de movimentos sociais (tais como a distinção entre os “novos” movimentos sociais e os movimentos “tradicionais”) e da descrição empírica e reconstrução histórica de diversos movimentos.

Por meio desses dois procedimentos, estabelecemos categorias amplas de classificação e sistematização do conteúdo dos livros didáticos. Subordinadas a elas, construímos categorias mais específicas que descrevem mais precisamente como essas grandes temáticas foram tratadas em cada trecho classificado, o que



tornou possível o estabelecimento de comparações entre os materiais analisados. A análise abrangeu os conteúdos verbal (textos) e visual (imagens) dos livros (BADANELLI, 2020).

Os procedimentos de análise de conteúdo foram realizados por uma equipe de cinco pesquisadoras e pesquisadores que compartilharam uma árvore de categorias previamente estruturada a partir da análise de um dos livros. Tal árvore de categorias foi marginalmente adaptada e ampliada para a análise dos demais materiais e, posteriormente, as análises e categorias foram integradas em um documento único. Tais procedimentos foram realizados por meio do CAQDAS (*computer-assisted qualitative data analysis software*) NVivo. Por fim, nos resultados da análise, buscamos apontar tanto o conteúdo presente nos materiais quanto eventuais ausências. Tais resultados foram utilizados como diagnóstico para a posterior construção de um material didático complementar sobre movimentos sociais para o ensino médio.

## Movimentos sociais nos livros didáticos para ensino médio no Brasil

Dentre os livros analisados, apenas o livro “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” não dedica um capítulo ao debate sobre os movimentos sociais. De forma geral, tais capítulos são inseridos nos livros em um contexto de debate sobre temas como poder, Estado, democracia e cidadania, aproximando-os. Contudo, como exploraremos mais detidamente adiante, seu conteúdo, em muitos dos casos, ajuda a reforçar dicotomias entre sociedade e Estado. Isto pode ser exemplificado pelo título do capítulo dedicado aos movimentos sociais no livro “Sociologia Hoje”, no capítulo “A sociedade diante do Estado”<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> É importante ressaltar, no entanto, que este capítulo não se dedica exclusivamente à análise dos movimentos sociais, abordando outros temas, tais como a cidadania e a participação. A forte conexão entre cidadania e movimentos sociais presente nos livros é abordada na subseção seguinte.

Movimentos sociais são ainda mobilizados em outros trechos dos livros, tais como em capítulos dedicados a questões de gênero, relações étnico-raciais e de trabalho. Tal característica é especialmente marcante no livro “Sociologia em Movimento”. Por um lado, consideramos que essa inserção tem como principal potencialidade o exercício da conexão dos debates sobre movimentos sociais e outras temáticas em contraste com a alta fragmentação analítica no campo acadêmico. No entanto, como em alguns casos, imagens de movimentos sociais são utilizadas apenas como exemplos de reações a problemas sociais abordados nos capítulos, tal associação pode reforçar concepções que depreendem a mobilização coletiva diretamente de problemas sociais e crises, características de abordagens clássicas sobre o tema. Cabe ressaltar, porém, que a opção pelo uso de imagens de protestos como forma de ilustrar as temáticas discutidas nesses trechos pode ter origem em decisões editoriais, na medida em que, conforme ressalta Meucci (2014), diversos atores e interesses estão envolvidos na produção dos livros didáticos.

Especialmente nos livros “Sociologia”, “Sociologia Hoje” e “Sociologia para Jovens do Século XXI”, adquire centralidade no estudo dos movimentos sociais a tipologia que demarca distinções entre os “movimentos tradicionais” e os “novos movimentos sociais”. Por um lado, a presença de tal tipologia introduz os alunos de forma clara aos debates propostos pelas chamadas teorias dos novos movimentos sociais (TNMS). No entanto, tal tipologia pode reforçar distinções dicotômicas entre os movimentos sociais na medida em que pode obscurecer pontos de aproximação e contato entre os movimentos “novos” e “tradicionais”.

Por fim, cabe ressaltar que os livros – quando considerados como um todo – apresentam uma ampla variedade de informações sobre as características e históricos de diferentes movimentos sociais no Brasil e no mundo. Esses materiais, portanto, se constituem como fontes importantes para docentes que busquem trabalhar a temática dos movimentos sociais a partir de uma abordagem descritiva.

Em suma, a análise geral dos livros didáticos indica a existência de uma preocupação com a temática dos movimentos sociais, a tendência de inseri-los em contextos que os relacionam à política institucional e à cidadania, de associá-los a debates sobre problemas e desigualdades sociais, de classificá-los a partir da divisão entre movimentos “novos” e “tradicionais” e de descrevê-los a partir de suas demandas e trajetórias na história.

## Movimentos Sociais, Mudança Social, Democracia e Direitos Humanos

Os livros analisados, na sua maioria, tendem a caracterizar os movimentos sociais como transformadores da sociedade, abordando apenas de forma tangencial a possibilidade de defenderem pautas conservadoras, ou mantenedoras do *status quo*. Podemos citar, como exemplo (embora essa ideia se mantenha em todos os livros analisados), o livro “Sociologia para Jovens do Século XXI”, que traz a noção de movimentos sociais relacionados ao tema das “mudanças sociais”:

Essas transformações ocorrem porque sujeitos ou grupos que não concordam com determinada situação procuram diversas maneiras para modificá-la, lutando pela conquista de direitos sociais, econômicos e políticos (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p. 233).

Em contrapartida, podemos trazer o exemplo do livro “Sociologia em Movimento”, que cita – sem, no entanto, aprofundar a questão – a “Marcha pela família com Deus pela Liberdade”, realizada em São Paulo e no Rio de Janeiro, no ano de 1964, como uma manifestação organizada por grupos conservadores. A baixa presença de trechos que abordem o fenômeno do ativismo conservador reflete uma abordagem geral dos movimentos sociais como defensores da democracia e dos direitos humanos, o que implica

a ausência da discussão mais aprofundada de que a mobilização de determinados movimentos sociais possa também contemplar pautas reacionárias e de manutenção da ordem e do *status quo*.

No que se refere ao debate sobre democracia, os livros também enfatizam a ideia de que os movimentos sociais são agentes de conquista e manutenção da democracia e da cidadania, ignorando mobilizações relacionadas a processos de desdemocratização. Como exemplo, podemos citar o livro “Sociologia em Movimento”, segundo o qual

O tema dos movimentos sociais se entrelaça com o da cidadania. Sua história é a história de grupos, em geral desprivilegiados, que tentaram ampliar os direitos de cidadania e o alcance dos protestos, de modo a se estenderem, do nível local até os níveis nacional e global (SILVA *et al.*, 2016, p.190).

Ou ainda, o livro “Sociologia Hoje”, que acrescenta que

É durante a luta pela cidadania que se formam os cidadãos. Os movimentos sociais foram – e são – fundamentais na tarefa de exigir do Estado o reconhecimento dos direitos que compõem a cidadania e em favorecer que os próprios cidadãos discutam entre si quais devem ser esses direitos (MACHADO *et al.*, 2013, p.293).

## Movimentos Sociais, Problemas, Identidades e Organização Coletiva

Os livros analisados abordam questões relacionadas à identidade coletiva de forma semelhante. A maioria deles não faz uma discussão mais aprofundada sobre sua relação com movimentos sociais e tende a compreender a identidade como algo exterior a

tais movimentos, ou seja, não como um fenômeno que emerge do ou no movimento. Os livros “Sociologia Hoje” e “Sociologia em Movimento” destacam os movimentos sociais como defensores de identidades, referem-se principalmente sobre como movimentos sociais são, também, formas de lutas por reconhecimento, destacando o multiculturalismo. Destaca-se nas obras, também, uma abordagem marxista sobre a temática, a qual coloca os movimentos sociais enquanto resultado de identidades pré-determinadas. Nesse caso, relaciona-se a identidade ao operário e à sua condição de exploração. O único livro que apresenta uma proposta diferente a respeito dessa temática é o “Sociologia”. Tal obra apresenta os movimentos sociais como formadores de identidades culturais. Para os autores do livro

A construção da identidade no interior do movimento se deve tanto a identificação de seus participantes com uma mesma causa, como à sua resistência à lógica da dominação, com o objetivo de redefinir a sua posição na sociedade (ARAÚJO *et al.*, 2013).

Quanto aos problemas sociais, os livros analisados tendem a descrever os movimentos como respostas a eles. Esses problemas referem-se, principalmente, a três questões centrais: (1) perda/ausência de direitos; (2) transformações produtivas e (3) processos de exclusão social. A obra “Sociologia em Movimento” apresenta casos de mobilizações indígenas e do movimento negro, demonstrando o tipo de problema que tais grupos enfrentam, nesse caso, com ênfase na perda/ausência de direitos e exclusão social. Também apresenta a exploração de trabalhadores e a crise de 2008 como problemas que produzem mobilização, associando-se, portanto, às implicações das transformações produtivas do sistema capitalista. O livro “Sociologia Hoje” traz exemplos de mobilizações que seriam respostas a problemas sociais como desigualdades étnico-raciais, econômicas e questões ambientais. Nesse caso, a ênfase dada a tais problemas sociais passa pelas três questões centrais mencionadas anteriormente. Já o livro “Sociologia” apresenta, pre-

dominantemente, movimentos sociais como resposta a processos de exclusão social provocados pela globalização e pelo neoliberalismo. O livro “Sociologia para jovens do século XXI” demonstra como as transformações produtivas, historicamente, causaram problemas que resultaram em diferentes processos de mobilização. Desde a Roma antiga, com o sistema escravagista, passando pela Idade Média, no feudalismo, pela Revolução Industrial, até o século XXI, houve produção de desigualdades, das quais o Estado não conseguiu dar conta, resultando, portanto, em mobilizações sociais.

Em geral, por conseguinte, os livros tendem a tratar os movimentos sociais como portadores ou como resultados quase automáticos de problemas sociais ou de identidades pré-determinadas. Essa perspectiva acaba deixando uma lacuna sobre a contribuição dos movimentos na produção de problemas e identidades.

Nesse sentido, os livros também apresentam o processo de mobilização dos movimentos sociais como resultado de processos históricos e estruturas sociais que produzem desigualdades. Em geral, tendem a compreender tais resultados como espontâneos. Por outro lado, muitos destacam a importância da organização para que a mobilização se torne duradoura. Os livros “Sociologia” e “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” distinguem os movimentos sociais dos protestos, principalmente pela característica de uma organização duradoura. O livro “Sociologia Hoje” demonstra que a organização de um protesto tem custos, apresentando de forma didática o clássico “dilema do carona”:

Você pode pensar que se algo é do interesse de um grupo, o grupo vai se organizar para consegui-lo. Mas nem sempre é assim. Por exemplo, imagine que no seu bairro é do interesse de todos fazer um protesto exigindo a instalação de água encanada pela prefeitura. Temos, então, a seguinte situação: a) É do seu interesse que o bairro receba água encanada. b) Você sabe que participar do protesto tem um custo. Você talvez prefira assistir



tevé na hora do protesto ou trabalhar nesse horário e ganhar mais dinheiro. Se participar do protesto, não poderá fazer nada disso. c) Você sabe que todos os demais moradores têm interesse em ter água encanada. Assim, há um sério risco de que você pense o seguinte: “o melhor para mim é deixar que os outros façam o protesto: quando instalarem água encanada, eu também vou me beneficiar, e não vou pagar o custo de participar do protesto”. Isto é, muita gente pode preferir “pegar carona” no esforço político dos outros. O problema é que se todos pensarem assim, o protesto não acontece e ninguém conquista água encanada para o bairro (MACHADO *et al.*, 2013, p. 253).

Apesar de os livros compreenderem a mobilização também como produto de um processo de organização, tal dimensão organizativa dos movimentos sociais é pouco abordada nos livros analisados. Tende-se a não se fazer juízo de valor ou ponderação dos diferentes modelos. Existe, no entanto, uma menção positiva às formas de organização que se caracterizam por apresentar maior autonomia e horizontalidade nos livros “Sociologia” e “Sociologia para Jovens no Século XXI”. Pouco se fala a respeito das implicações da *Internet* para a organização dos movimentos sociais. Em geral, quando se menciona a *Internet*, isso se faz a partir de uma percepção positiva, trazendo exemplos como junho de 2013 no Brasil e a Primavera Árabe.

## Movimentos Sociais e Disputas Internas e Midiáticas

Quanto à heterogeneidade dos movimentos sociais, os livros analisados apresentam divergências. O livro “Sociologia para Jovens no Século XXI” tende a caracterizar os movimentos sociais como atores homogêneos, atribuindo ênfase a movimentos classistas que se identificam com uma perspectiva marxista e apenas citando sem muitos detalhes os chamados “novos movimentos sociais”. Já os

livros “Sociologia Hoje” e “Sociologia em Movimento” apresentam os movimentos como heterogêneos. Por exemplo, o livro “Sociologia em Movimento”, ao discutir o movimento feminista, aborda algumas suas diversas vertentes: feminismo radical, feminismo negro, transfeminismo, feminismo pós-colonial, feminismo socialista (SILVA *et al.*, 2016). Os livros “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” e “Sociologia”, por sua vez, não atribuem grande ênfase a essa questão, mas tendem a identificar os movimentos como heterogêneos.

Mesmo que alguns dos livros didáticos analisados tratem da dimensão da heterogeneidade, nenhuma das obras aborda a questão dos conflitos internos aos movimentos sociais, o que tende a reproduzir uma ideia de que os movimentos sociais seriam coesos e sem contradições ou disputas. Tal noção acaba por não apresentar a complexidade das dinâmicas internas a esses grupos.

Já a dimensão das relações entre mídia e movimentos sociais é muito pouco abordada nos livros analisados. Dentre estes, o “Sociologia para Jovens no Século XXI” destaca-se por apresentar a mídia como ator que tende a contribuir para a criminalização dos movimentos, produzindo coberturas geralmente negativas sobre a ação desses grupos. Ao iniciar o capítulo dessa obra sobre movimentos sociais, é referido que

Nos dias de hoje, de vez em quando, ouve-se falar dos *movimentos sociais*. Mas, em geral, quando a mídia traz alguma notícia a respeito deles – como, por exemplo, os movimentos dos sem-terra, dos sem-teto, ou as ONGs “antiglobalização” –, as informações são quase sempre negativas ou condenatórias de suas atividades (OLIVEIRA e COSTA, 2013, p. 232).

Esse tipo de ideia é também presente em um pequeno trecho do livro “Sociologia em Movimento”. Ademais, nenhum dos livros indica a existência de disputas interpretativas nas mídias, ou seja, não se apresenta a ideia de que diferentes veículos midiáticos podem produzir diferentes versões sobre os mesmos eventos e movimentos (enquadrando a ação dos movimentos positiva ou

negativamente). Por fim, os livros analisados, de modo geral, não apresentam uma discussão sobre os diferentes modelos de mídia (como, por exemplo, a divisão entre mídia tradicional e mídias alternativas). Apenas os livros “Sociologia Hoje” e o “Sociologia para Jovens” fazem referências sucintas a essa questão.

## Movimentos Sociais, Estados e Governos

Uma última temática analisada se refere aos modos como os livros didáticos abordam as definições de política, como eles caracterizam o Estado e como apresentam as possibilidades de relação dos movimentos sociais com as instituições estatais. Nesse sentido, observa-se que a maioria dos livros didáticos se refere mais à política de forma ampla do que à política de forma reduzida ao escopo das instituições e do exercício pelas elites políticas. Há uma inclinação dos livros didáticos para tratarem a política como feita pelas pessoas comuns, nas práticas cotidianas, por diferentes tipos de organizações, demarcando uma concepção de política muito além do aparato estatal e das instituições políticas. É interessante perceber que somente um livro didático aborda a política para além do contexto nacional, demarcando as oportunidades das relações globais que as instituições e os movimentos sociais podem exercer e pelas quais tenham que lidar.

Contudo, quando apresentam suas concepções sobre o Estado, os livros, em sua maioria, reforçam as ideias de que o Estado é homogêneo, que não há conflitos internos às instituições e que mesmo os projetos políticos de governos não sejam conflituosos e não estejam em disputa. Como consequência, no que se refere às possibilidades de interfaces entre sociedade e esse Estado homogêneo, os livros analisados tendem a enfatizar relações de confronto entre movimentos sociais e Estados, reduzindo as possibilidades de pensar essas relações de forma cooperativa. Em outros termos, os livros analisados reduzem as possibilidades de

pensar os diversos “repertórios de interação” (ABERS *et al.*, 2014) entre Estado e movimentos sociais, e como isso poderia conformar as diferentes formas de fazer política.

Por fim, cabe analisar os modos como os livros discorrem sobre as formas de violência envolvidas nos confrontos políticos, tais como a repressão estatal. Quando os livros abordam esse assunto – já que são poucos os que tratam –, geralmente eles remetem ao tema da repressão policial física aos protestos e aos movimentos sociais. Por outro lado, é ausente a discussão sobre os tipos de violência por vezes mobilizados de forma tática por movimentos sociais progressistas ou conservadores e qualquer julgamento sobre esse fenômeno.

## Limites e potencialidades

Em suma, nossos resultados indicam que os livros didáticos analisados apresentam como principal potencialidade uma descrição densa do histórico e das características de diversos movimentos sociais, contextualizando-os no debate em torno de outros temas abordados pelo componente curricular Sociologia no Ensino Médio, tais como as relações de trabalho, de gênero e étnico-raciais na sociedade contemporânea. Ademais, tais livros exploram em profundidade tipologias recorrentes no estudo dos movimentos sociais, tais como a de “novos movimentos sociais”.

No que se refere às limitações dos materiais analisados, identificamos a reprodução de pressupostos teóricos presentes nas primeiras formulações de abordagens, como as teorias dos novos movimentos sociais (TNMS) e a teoria do processo político (TPP), questionados por estudos contemporâneos sobre esse tema. Embora as críticas recentes a essas abordagens não as invalidem, ressaltamos a necessidade de incorporação de reflexões acerca dessas críticas nos materiais analisados. Ademais, identificamos a ausência de debates sobre movimentos sociais que têm sido

fortemente pautados pela opinião pública no contexto do Brasil contemporâneo, tais como aqueles sobre repressão e sua interação com a mídia.

No que diz respeito à temática das relações entre movimentos sociais, mudança social, democracia e direitos humanos, os livros analisados tendem a reproduzir a caracterização dos movimentos como o “polo virtuoso” da sociedade, responsável pela ampliação dos direitos humanos, da cidadania e da democracia. Tal abordagem pode ser vista como uma consequência da forte influência das TNMS no contexto brasileiro de produção intelectual sobre movimentos sociais (SILVA, 2010). Entendemos que um dos principais impactos negativos dessa característica dos materiais didáticos analisados é a secundarização de debates em sala de aula a respeito da mobilização coletiva de grupos conservadores organizados da sociedade civil em defesa da ordem social vigente e de sua importância em processos de desdemocratização. Em um contexto social em que a emergência de grupos conservadores se apresenta como um fenômeno visível e politicamente influente, consideramos que o debate sobre tais fenômenos é essencial na formação das e dos estudantes de ensino médio.

No que se refere às relações entre movimentos sociais, problemas sociais, identidades coletivas e organização coletiva, os livros apresentam potencialidades e limites. Por um lado, tendem a associar diretamente movimentos a problemas sociais e crises, reproduzindo noções que tomam a ação coletiva contestatória como resultado “espontâneo” de problemas, crises e processos de indignação. Porém, esses mesmos livros destacam a importância da organização coletiva para a emergência dos movimentos sociais. Nesse sentido, consideramos ser necessária uma maior conexão entre esses debates para que a necessidade de organização seja claramente associada a um questionamento do pressuposto de que movimentos sociais derivam automaticamente de problemas compartilhados por dada população ou por crises políticas e econômicas.

Já no que se refere à temática das disputas internas e midiáticas a respeito dos movimentos sociais destacamos sua baixa visibilidade nos livros. Além disso, destacamos que, naqueles trechos em que o tema das relações entre movimentos sociais e mídia é abordado, os livros tendem a limitar sua análise à ideia de que os veículos midiáticos geralmente contribuem para o processo de “criminalização dos movimentos sociais”. Embora tal processo seja relevante e efetivamente tenha impacto sobre as dinâmicas da ação coletiva, a limitação dos livros a essa perspectiva ignora desenvolvimentos recentes da literatura sobre mídia e movimentos sociais, que têm indicado que no interior e entre os veículos midiáticos se estabelecem disputas interpretativas em torno do significado de protestos e movimentos (GAMSON, 1992; GAMSON; MODIGLIANI, 1989). Em um contexto social e político no qual a temática da credibilidade das informações disponíveis na mídia corporativa e nas mídias sociais tem sido amplamente debatida em decorrência de seus impactos políticos – como indica o impacto das *fake news* em processos políticos recentes –, consideramos que tal simplificação das relações entre mídia e movimentos sociais é prejudicial à formação das e dos estudantes de ensino médio no Brasil.

Por fim, no que se refere às relações entre movimentos sociais, Estados e governos, os materiais didáticos analisados tendem a reproduzir os pressupostos da externalidade e da confrontação presentes nas primeiras abordagens da TPP e questionados por autoras como Abers e Von Büllow (2011), Silva (2015) e Tatagiba (2010), os quais induzem à definição de movimentos sociais como atores completamente afastados dos partidos e das instituições políticas, bem como a secundarizar debates sobre as múltiplas formas de repressão aos movimentos sociais e sobre a violência nos confrontos políticos. Entendemos que a reprodução de tais pressupostos e a existência de tais lacunas têm diversas consequências negativas para a formação das e dos estudantes de ensino médio no Brasil. Em um contexto em que tanto o uso de táticas mais institucionais que envolvem a aproximação com partidos políticos e governos, quanto o uso de táticas mais disruptivas



que envolvem algum grau de uso da força têm sido mobilizados pela opinião pública para deslegitimar a atuação de movimentos sociais (em especial, os progressistas), consideramos necessário fomentar uma maior reflexão das e dos estudantes sobre estes temas. De forma semelhante, em um contexto em que as formas de repressão e controle se diversificam na sociedade brasileira, consideramos essencial ampliar esse debate para além das formas mais visíveis de repressão policial a protestos.

## Considerações finais

Em linhas gerais, este trabalho buscou mapear as potencialidades e lacunas de livros de Sociologia que têm sido utilizados ao longo da última década no Brasil para processos de ensino e aprendizagem sobre movimentos sociais nesse país. É possível conectar os achados desta pesquisa ao de outras investigações na área.

Em primeiro lugar, o “contextualismo” e o “nominalismo”, apontados por Meucci (2014) e Maçaira (2017) em suas análises, também são observáveis nos resultados de nossa análise. Seguindo essas tendências estilísticas, o estudo dos movimentos sociais nos livros de Sociologia tem privilegiado a contextualização histórica desses atores coletivos, bem como a apresentação de tipologias para classificação dos movimentos. Já o “topicalismo” pode ser considerado um obstáculo para um exame das intersecções entre movimentos sociais e Estado.

Em segundo lugar, a forte conexão entre o ensino de Sociologia, transformação social e cidadania identificada em alguns dos livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio em análises anteriores (ENGERROF; OLIVEIRA, 2018; OLIVEIRA; ENGERROF, 2016) ajuda a explicar a associação do conceito de “movimentos sociais” às ideias de democratização e direitos humanos. O forte posicionamento normativo presente nas obras, que toma movimentos sociais

necessariamente como o “polo virtuoso” da sociedade e atores como o Estado e a mídia necessariamente como seus adversários, pode obscurecer as complexas relações estabelecidas entre esses atores, bem como a existência da mobilização coletiva de grupos conservadores e seus impactos na sociedade contemporânea.

Os resultados desta pesquisa subsidiaram a construção de um material didático complementar para o estudo de movimentos sociais no ensino médio (GPACE, 2019)<sup>4</sup>. Neste material, partimos de perspectivas teóricas e conceitos que estimulam um olhar relacional para os fenômenos sociais e, em especial, para a mobilização coletiva (BARCELOS; PEREIRA; SILVA, 2016). Nesse sentido, nele adotamos como conceitos estruturantes a noção de “confronto político” (TILLY; TARROW, 2015) e o par conceitual “movimentos sociais e contramovimentos” (MEYER; STAGGENBORG, 1996).

Acreditamos que perspectivas relacionais e os conceitos estruturantes adotados permitem superar algumas das lacunas identificadas por meio da análise aqui descrita. Primeiramente, a noção de “contramovimentos” permite identificar e debater ativismos conservadores e sua interação contenciosa com movimentos sociais progressistas, fomentando um debate pouco presente nos materiais analisados, mas pertinente para a realidade brasileira contemporânea. Em segundo lugar, a noção de “confronto político” desloca a atenção analítica dos movimentos sociais como atores isolados, destacando a importância das relações de conflito, mas também de possível cooperação e aliança estabelecidas entre movimentos, veículos midiáticos, partidos políticos, governos e forças repressivas em uma sequência de interações que opõe grupos com interesses e identidades distintas em determinado momento histórico e que motiva o desenvolvimento de determinadas táticas (como as táticas com maior grau de violência), identidades e enquadramentos.

Nesse sentido, frente aos resultados desta pesquisa, o material didático complementar desenvolvido buscou: a) evidenciar os confrontos políticos em torno da ordem e da mudança social, da

<sup>4</sup> Disponível para download no site: <https://www.ufrgs.br/gpace/pt/>

democracia e dos direitos humanos; b) provocar reflexões sobre o papel da organização e das identidades coletivas para o fenômeno da mobilização; c) evidenciar as disputas interpretativas em torno dos significados dos movimentos sociais na mídia e entre os próprios ativistas; e d) debater as relações de confronto e cooperação estabelecidas entre movimentos sociais, partidos, governos e Estado.

O livro foi dividido em módulos temáticos que abordaram as relações entre movimentos sociais e as seguintes temáticas: a) mudança social; b) democracia e direitos humanos; c) problemas sociais e identidades; d) organização e mobilização; e) disputas e heterogeneidades internas; f) mídia; g) política institucional; e h) repressão. Para trabalhar esses conteúdos, propomos para cada módulo duas situações didáticas nas quais eles podem ser trabalhados de forma interativa e participativa. Além dos módulos temáticos, o livro também apresenta textos introdutórios aos seus pressupostos teóricos e didático-pedagógicos, bem como um glossário de conceitos. Esperamos que esse livro de atividades construído a partir das análises aqui apresentadas auxilie os educandos a problematizar concepções naturalizadas sobre a mobilização coletiva e a compreender as dinâmicas dos confrontos políticos de forma a embasar um posicionamento reflexivo e autônomo sobre os conflitos sociais e protestos no Brasil contemporâneo.

## Referências

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325–357, 2014, <http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201411>.

ABERS, Rebecca; VON BÜLLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto

Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, 2011, <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>.

ARAÚJO, Sílvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2013.

BADANELLI, Ana Maria. Las imágenes y sus interpretaciones en los textos escolares españoles. Una propuesta metodológica. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 20, n. 1, p. 1-27, 2020, <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e101>.

BADANELLI, Ana Maria; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Questões metodológicas em manualística. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 20, n. 1, p. 1-7, 2020, <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e096>.

BARCELOS, Márcio; PEREIRA, Matheus Mazzilli; SILVA, Marcelo Kunrath. Redes, campos, coalizões e comunidades: conectando movimentos sociais e políticas públicas. **BIB**, São Paulo, v. 82, p. 13-40, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): Um Estado da Arte na Pós - Graduação. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 56-281, jul./dez., 2017.

BODART, Cristiano das Neves; TAVARES, Caio dos Santos. Quando o assunto é Sociologia escolar: estado da arte nos periódicos de estratos superiores nas áreas de Ciências Sociais, Educação e Ensino. **Revista de Ciências Sociais (UFC)**, Fortaleza, v.51, n.1, p. 353-396, 2020.

BOMENY, Helena *et al.* **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. 2a Ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. A sociologia católica de Francisca Peeters na constituição do campo educacional brasileiro na década de 1930. **Em Tese**, Florianópolis, v. 16, n.1, p. 68-94, 2019a.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. **A Sociologia Católica no Brasil (1920-1940)**: análise sobre os manuais escolares. 2019. 313 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Ciência Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019b.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. **A sociologia educacional no Brasil (1946-1971)**: análise sobre uma instituição de ensino católica. Pelotas. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014a.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. Dilemas da sociologia no Brasil: análise sobre os manuais escolares de Amaral Fontoura e Fernando de Azevedo. **Alabastro**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 65-78, 2014b.

CIGALES, Marcelo Pinheiro; OLIVEIRA, Amurabi. Aspectos metodológicos na análise de manuais escolares: uma perspectiva relacional. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 20, n. 1, p. 1-18, 2020, <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e099>.

ENGERROFF, Ana Martina; OLIVEIRA, Amurabi. Os Sentidos Da Sociologia Escolar Nos Livros Didáticos No Brasil. **Repocs**, São Luiz, v.15, n.30, p. 215-240, jul./dez., 2018, <http://dx.doi.org/10.18764/2236-9473.v14n27p215-240>.

FERREIRA, Wallace; SANTANA, Diego Cavalcante. A Reforma no Ensino Médio e o Ensino de Sociologia. **Perspectiva Sociológica**, Rio de Janeiro, n.º 21, p. 41-53, 2018.

FLECK, Maria Luiza Steiner. Pedagogia por projetos: o princípio, o fim e o meio. **Diálogo**, Canoas, n.11, p.117-140, 2007.

GAMSON, William et al. Media images and the social construction of reality. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, CA, v.18, p. 373-393, 1992.

GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 95, n. 1, p. 1-37, 1989.

MACHADO, Igor José de Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso. **Sociologia Hoje**. São Paulo: Ática, 2013.

MAÇAIRA, Julia P. **O Ensino de Sociologia e Ciências Sociais no Brasil e na França**: recontextualização pedagógica nos livros didáticos. 2017. 342 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MEUCCI, Simone. **Institucionalização da sociologia no Brasil**: primeiros manuais e cursos. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2011.

MEUCCI, Simone. Notas para um balanço crítico da produção recente dos livros didáticos de Sociologia no Brasil. In: OLIVEIRA, L. F. de (Org.). **Ensino de sociologia**: desafios teóricos e pedagógicos para as ciências sociais. Seropédica/Rio de Janeiro: EDUR, 2013.

MEUCCI, Simone. Notas sobre o Pensamento Social Brasileiro nos Livros Didáticos de Sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, Sergipe, v.2, n.3, p.209-232, 2014.

MEYER, David; STAGGENBORG, Suzanne. Movements, counter-movements, and the structure of political opportunity. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 101, n. 6, p. 1628-1660, 1996.

OLIVEIRA, Amurabi; CIGALES, Marcelo P. A Pesquisa como Princípio Pedagógico no Ensino de Sociologia: uma análise a partir dos livros selecionados no PNLD 2015. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v.51, n.3, p.279-289, 2015.

OLIVEIRA, Amurabi; ENGERROF, Ana Martina B. Cidadania e Ensino de Sociologia nos Manuais do Professor dos Livros Didáticos Aprovados do PNLD 2015. **Estudos de Sociologia**, Recife, v.2, n.22, 2016.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia para Jovens do Século XXI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.



SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em Movimento**. São Paulo: Moderna, 2016.

SILVA, Marcelo Kunrath. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 2-9, 2010, doi 10.4013/csu.2010.46.1.01.

SILVA, Marcelo Kunrath. Atores, espaços e repertórios: a atuação de movimentos sociais através das fronteiras da sociedade civil e do Estado. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Ligia Helena H. (org.). **Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas**. Florianópolis: Editora UFSC, 2015, p. 133-160.

SZWAKO, José; DOWBOR, Monika; ARAUJO, Ramon. A produção de artigos acadêmicos sobre movimentos sociais publicados nos periódicos brasileiros (2000-2017): tendências e inovações. **BIB**, São Paulo, n.92, p.1-22, 2020.

TATAGIBA, Luciana. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas: o caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo – primeiras reflexões. **Colombia Internacional**, Colômbia, v. 71, p. 63-83, 2010.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious politics**. New York: Oxford University Press, 2015.